

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA - PARNAÍBA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

ANGELA MARIA LIMA DOS SANTOS

**CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: AS PERCEPÇÕES DA MÃE SOLTEIRA NO
CONTEXTO SOCIAL DE PARNAÍBA - PI NA DÉCADA DE 1980**

PARNAÍBA-PI

2017

ANGELA MARIA LIMA DOS SANTOS

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: AS PERCEPÇÕES DA MÃE SOLTEIRA NO
CONTEXTO SOCIAL DE PARNAÍBA -PI NA DÉCADA DE 1980

Monografia apresentada para o curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí-Parnaíba, como requisito para obtenção do título de professor em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho.

PARNAÍBA-PI

2017

S231c Santos, Angela Maria Lima dos.

Configurações familiares: as percepções da mãe solteira no contexto social de Parnaíba -PI na década de 1980 / Angela Maria Lima dos Santos. - 2017.

36 f.

Monografia (graduação) – Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Curso de Licenciatura Plena em História, *Campus Alexandre Alves de Oliveira*, Parnaíba-PI, 2017.

“Orientador: Prof^a. Dr^a. Mary Angélica Costa Tourinho.”

1. Família uniparental. 2. Mãe solteira. 3. História. I. Título.

CDD: 981.22

ANGELA MARIA LIMA DOS SANTOS

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: AS PERCEPÇÕES DA MÃE SOLTEIRA NO
CONTEXTO SOCIAL DE PARNAÍBA - PI NA DÉCADA DE 1980

Monografia apresentada para o curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual do Piauí-Parnaíba,
como requisito para obtenção do título de
professor em história.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mary Angélica
Costa Tourinho.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho - Orientadora

Prof. Ms. Daniel Souza Braga

Prof. Esp. Ivanilda Sá Quixaba Ferreira

DEDICATÓRIA

A meus filhos, Giovanna e Miguel Arthur. Tudo o que faço é pensando neles.

A minha mãe Ires, por sempre ficar do meu lado e me incentivar a alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que nunca desiste de um filho seu, que sempre nos dá força para lutar e vencer.

A minha mãe Ires Maria, a quem devo parte do que tenho e do que sou, pela dedicação que teve por cuidar de minha filha nos últimos anos para que eu pudesse alcançar esse tão sonhado objetivo.

Aos meus filhos, que foram minhas inspirações para desenvolver esse trabalho, pois criá-los na condição de mãe solteira é uma tarefa delicada.

Aos meus professores, pelos momentos de aprendizagens constante em sala de aula, em especial à Professora Doutora Mary Angélica Costa Tourinho pela paciência e orientação para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas e amigos de classe, pelos bons momentos desfrutados juntos. Em especial a Erivan, Lisbânia e Maria das Dores, que sempre me apoiaram, que quando pensei em desistir não deixaram, uma grande amizade nos foi fixada, amizade essa que vai ser levada para o resto de minha vida.

A UESPI por ter aberto as portas para a minha formação, em especial a Reitora Rosineide Candeira por ter lutado comigo para conseguir o ingresso na universidade.

Às mulheres mães que me concederam as entrevistas para o desfrute de minha pesquisa.

Enfim, aos amigos, colegas e todos aqueles que colaboram direta ou indiretamente para que este trabalho acontecesse. Àqueles que acreditaram em mim, meu muito obrigada!

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

O meu enfrentamento diário com responsabilidades em assumir uma família uniparental numa sociedade como da cidade de Parnaíba nos dias atuais, levou-me a aprofundar o conhecimento de como era conviver socialmente na condição de mãe solteira nesse município na década de 1980. O objetivo principal deste trabalho foi levantar pontos de reflexão sobre as percepções de mães solteiras no contexto social do município de Parnaíba-PI nos anos de 1980. Os sujeitos da pesquisa foram três mulheres chefes de famílias monoparentais que tiveram suas informações colhidas em entrevistas semi-estruturadas por meio de gravação de voz. Os avanços sociais acerca da figura das mães solteiras na sociedade foram percebidos positivamente, destacando a diminuição do julgamento por parte da sociedade, os avanços na justiça que possibilitou a essas mulheres exercerem seus direitos como cidadãs e a possibilidade de criar seus filhos na ausência de um pai. Entretanto, embora, compartilhando do mesmo contexto histórico, as participantes vivenciaram tratamentos distintos pela sociedade. Com as transformações no tradicionalismo, o comportamento dos membros dessas famílias se manifestava de formas diversas. As dificuldades relacionadas à situação financeira da família e à falta de apoio na criação dos filhos, evidencia a existência de uma preocupação extra com as responsabilidades da maternidade. Conclui-se que reconhecer as mudanças provenientes de cada época e seu impacto sobre as famílias se faz necessário, sobretudo, sobre a realidade da mãe solteira contemporânea. Espera-se que este estudo sirva de incentivo a demais interessados sobre a trajetória histórica da sobre esse tipo de família no município.

PALAVRAS-CHAVES: Família uniparental. Mãe solteira. História

ABSTRACT

My daily confrontation with responsibilities in assuming a single-parent family in a society such as the city of Parnaíba these days led me to deepen my understanding of what it was like to live socially as a single mother in that municipality in the 1980s. This work was to raise points of reflection about the perceptions of single mothers in the social context of the municipality of Parnaíba-PI in the 1980s. The subjects of the research were three female heads of single-parent families who had their information collected in semi-structured interviews through Recording. Social advances on the role of single mothers in society were perceived positively, highlighting the decrease in judgment on the part of society, the advances in justice that enabled these women to exercise their rights as citizens and the possibility of raising their children in the absence of a father. However, while sharing the same historical context, the participants experienced distinct treatments by society. With the transformations in traditionalism, the behavior of the members of these families manifested itself in diverse forms. The difficulties related to the financial situation of the family and the lack of support in the raising of children show that there is an extra concern with the responsibilities of motherhood. It is concluded that recognizing the changes coming from each epoch and their impact on families is necessary, above all, on the reality of the single mother contemporary. It is hoped that this study will serve as an incentive to other interested parties about the historical trajectory of this type of family in the municipality.

KEYWORDS: One-parent family. Single mother. History

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Características das entrevistadas com relação a nome, data de nascimento, idade, escolaridade e ocupação no período do acontecimento

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNS - Conselho Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – CONFIGURAÇÕES FAMILIARES.....	16
1.1 Contextualização histórica da família.....	16
1.2 A mulher como líder da familiar.....	17
1.3 Relação mulher - maternidade.....	19
1.4 A visibilidade da mãe solteira na sociedade.....	21
CAPÍTULO 2 - EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS.....	23
2.1 Característica das entrevistadas	23
2.2 História oral como fonte de história das mulheres.....	24
2.3 Os avanços sociais.....	25
2.4 Memórias de mães solteiras.....	26
2.5 Aceitação da família.....	27
2.6 Os desafios da chefe do lar.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXO A - ENTREVISTA	36
ANEXO B - TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL.....	37

INTRODUÇÃO

As mudanças significativas na estrutura das famílias brasileiras nas últimas décadas, despertou o interesse em desenvolver este trabalho, sobretudo por reconhecer o papel da mulher nesse contexto transformações. Somado a isso, o meu enfrentamento diário com responsabilidades em assumir uma família uniparental numa sociedade como da cidade de Parnaíba nos dias atuais, me levou a buscar aprofundar o conhecimento de como era conviver socialmente na condição de mãe solteira nesse município na década de 1980.

Reconhecendo que essa configuração de família ainda sofre certa resistência social, este trabalho teve como objetivo principal levantar pontos de reflexão sobre as percepções de mães solteiras no contexto social do município de Parnaíba-PI nos anos de 1980, analisando as experiências vivenciadas pelas participantes ao assumirem a responsabilidade de chefiar uma família uniparental, além de reconhecer, através de suas vivências, os avanços na sociedade com relação a sua situação.

Por se tratar de um período recente da história, fez-se necessário testemunhos diretos, onde as entrevistadas foram as próprias depoentes de sua história. Nesse sentido, a história oral contada por essas mulheres fortalece o embasamento teórico contemporâneo dessas famílias no contexto social do lugar.

Meihy (2002) define a história oral como uma prática de apreensão de narrativas que funciona como uma alternativa para estudar a sociedade através de uma documentação feita com o uso de documentos gravados com pessoas vivas e transformados em textos escritos, servindo, portanto, para a elaboração de documentos, arquivamento e trabalhos com o objetivo de analisar experiências sociais de pessoas e/ou grupos.

Ainda tratando do uso de narrativas orais, que envolve a questão da memória, Michele Perrot (1984) em seu trabalho *Práticas da memória feminina*, afirma que, tradicionalmente, a história deu pouca visibilidade ao mundo feminino, sobretudo, à vida pública, cabendo a esse público um reduzido espaço à sombra de seus companheiros, dando a estes, notoriedade, enquanto ficavam à margem ou caíam no esquecimento social. A autora atribui essa deficiência de informações à carência de registros primários sobre a história da mulher, o que leva os historiadores a não encontrarem fontes seguras sobre tal parcela da população.

Construindo outra possibilidade de abordagem, onde fosse destacada a mulher, foi realizada uma pesquisa de campo, visto a necessidade da coleta de dados sobre suas vivências como mães solteiras. Marconi & Lakatos (2013, p. 169) conceituam a pesquisa de campo como a "[...] observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los".

Os sujeitos da pesquisa foram três mulheres chefes de famílias monoparentais que se enquadraram nos seguintes critérios: residir no município de Parnaíba; ter vivenciado a condição de mãe solteira na década de 1980; e consentir assinar do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B).

O estudo foi realizado na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí, município que, de acordo com o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), possui área territorial de 435. 573 km²; e uma população de 145. 705 mil habitantes, sendo que deste total 75.978 mil é do sexo feminino. Segundo o censo, nesse município, a proporção de famílias em que a mulher é responsável, do tipo "responsável sem cônjuge com filho" é de 89,1%.

Para análise das memórias dos sujeitos da pesquisa, suas informações foram colhidas em entrevistas semi-estruturadas (APÊNDICE A) com perguntas relacionadas ao tema, aplicadas pessoalmente de forma individual às participantes, por meio de gravação de voz. A utilização desse instrumento justifica-se por proporcionar ao pesquisador uma maior interação com os sujeitos pesquisados diretamente no ambiente onde estão inseridos, permitindo com isso uma percepção mais clara dos resultados. Para Ludke e André (1996), essa técnica permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Foram respeitados os aspectos éticos relacionados com pesquisas envolvendo seres humanos, e seguiu as recomendações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). As participantes foram esclarecidas sobre as propostas da investigação e suas participações foram firmadas mediante assinatura do TCLE.

Como forma de facilitar a compreensão do leitor, este trabalho foi organizado em capítulos interligados entre si, com uma abordagem sobre as configurações familiares, e análise das experiências e memórias das mulheres entrevistadas.

O primeiro capítulo, conta primeiramente com um estudo bibliográfico enfatizando a contextualização histórica da família; a monoparentalidade feminina; a relação da mulher com a maternidade; e o destaque da mãe solteira na sociedade, partindo de trabalhos de história sobre as mulheres de historiadores de destaque, dentre eles Mary Del Priori, Michelle Perrot e Maria Odila Dias. Por fim, no segundo capítulo, anteriormente à análise das entrevistas, feita uma descrição das características das entrevistadas, e um comentário sobre a importância da história oral para o conhecimento da história feminina nos meios científicos.

CAPÍTULO 1

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

1.1 Contextualização histórica da família

Para Scarpellini e Carlos (2011), a família representa uma instituição social organizada por um grupo de indivíduos interligados pela descendência por um ancestral comum, via casamento ou por adoção, que partilham o mesmo sobrenome, herdado de ancestrais diretos ou dos matrimônios ocorridos na família.

Embora não exista uma única definição sobre família, é importante salientar que os conceitos comumente trazidos estão diretamente relacionados ao modelo da família ocidental. Já segundo a concepção sistêmica de Minuchin (1982), a família é um grupo social cujos membros estão em constante interação entre si e com o ambiente, delineando, assim, o seu comportamento.

Pereira (2002) argumenta que a família sob o direito canônico manteve uma característica da família romana: estrutura familiar na autoridade de um chefe, o marido-pai, fortalecendo o modelo patriarcal. Numa estrutura semelhante, a moral católica consagra a família monogâmica, onde os costumes passam a tender para a desigualdade entre marido e mulher: ao homem cabe a direção da família, ao passo que à mulher, a subordinação ao poder marital (VILHENA, 1999).

O conceito comumente utilizado de família é oriundo de diversos aspectos sociais e culturais que se apresentam de maneiras diferentes sendo, portanto, instáveis e modificáveis ao longo do tempo, na medida em que os valores sociais também se modificam (DE MARQUE, 2006; SILVA, 2005).

Os discursos sobre as transformações na família, bem como sobre as condições que os originam, variam bastante. As formas de organização da família são produzidas conforme o momento histórico. Segundo Araújo (2007) valores, papéis, funções e estruturas da família são definidos de acordo com os contextos socioculturais e econômicos da mesma.

Inúmeras mudanças ocorridas no século XX, decorrentes de movimentos sociais como o movimento feminista, alteraram a identidade e o lugar da mulher na família, que, por sua vez, vem sofrendo constantes mudanças nas suas configurações (DE MARQUE, 2006).

Neste início de século XXI, observa-se que homens e mulheres vêm contribuindo para o estabelecimento de novas formas de relações no contexto sócio familiar contemporâneo. O feminismo, a revolução sexual e outros movimentos libertários populares, nos anos 1960, proporcionaram à família inúmeras transformações. As mulheres conquistaram espaço na sociedade e se tornaram co-provedoras da família (SCARPELLINI e CARLOS, 2011).

Dias (2010) pontua que, embora, vários costumes continuem a existir, observa-se uma reformulação no conceito de família, baseado, principalmente numa adequação de sua função para a melhor realização dos interesses afetivos e existenciais dos seus membros.

1. 2 A mulher como líder familiar

Nos séculos XIX e XX um padrão familiar geralmente encontrado, no mundo ocidental, principalmente, era o modelo da “família nuclear” – um casal com filhos. Já a partir das décadas de 1960 e 1970 essa padronização familiar começa a sofrer grandes e velozes transformações, aumentando, por exemplo, o número de divórcios e a quantidade de mulheres vivendo sós (FLEYG, 2009).

Vale destacar que o contexto histórico nos 1960 e 1970 teve forte influência no aumento dessa nova configuração de família, dentre os quais podemos destacar a disponibilidade da pílula anticoncepcional, produzida e difundida em longa escala, possibilitando o controle da concepção; a promulgação da Lei 6. 515, de 26 de dezembro de 1977(Lei do divórcio), fazendo com que o casamento deixasse de ser visto como destino; e o período de grandes mobilizações, como o movimento feminista, reivindicando os direitos da mulher, bem como o aumento significativo do número de mulheres nas universidades e mercado de trabalho.

A efetivação da mulher no mercado de trabalho contribuiu com o surgimento das crises matrimoniais, aumento significativo de separações, desquite e liberdade sexual. Mães e pais solteiros passaram a reconstituir suas vidas. Surgem assim as famílias monoparentais, constituídas por um dos genitores e os filhos, famílias reconstituídas, formadas por casais separados com filhos de relações anteriores, as famílias homossexuais, com um casal homossexual e filhos e, também, casais sem filhos (SCARPELLINI e CARLOS, 2011).

Ainda segundo o autor, o conceito de família monoparental refere-se a uma mãe ou um pai que vive sem cônjuge e com filhos dependentes. Esse modelo familiar foi reconhecido como um tipo de família, pelo Direito brasileiro com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em seu artigo 226 § 4 "entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes."

Para Macedo (2007), neste novo panorama, a família de progenitor único é um arranjo familiar cada vez mais comum. As três últimas décadas testemunharam um significativo crescimento desse fenômeno em todos os estratos sociais e, conseqüentemente, o aumento de sua visibilidade social. O autor também afirma que esse crescimento deve-se, principalmente, ao incremento na quantidade de separações e divórcios em âmbito mundial.

Este tipo de formação familiar representa atualmente, um quarto do número total de famílias, e dessas, uma maioria tem como provedora a mulher. Esse fato, concomitantemente a mudanças econômicas recentes, foram responsáveis pelas novas condições de emprego feminino e masculino, marcadas pelo crescimento do trabalho informal e do desemprego. Com isso, conhecer a família monoparental foi se tornando cada dia mais importante, buscando definir as causas determinantes de sua formação, bem como suas necessidades específicas (HIRATA, 2002; SCARPELLINI e CARLOS, 2011).

Diante desse cenário, com o intuito de reunir num só instrumento legal toda a legislação referente à área do Direito de Família, além de modernizá-la, a Senadora Lídice da Mata apresentou o Projeto de Lei (PLS 470/2013) pretendendo instituir o Estatuto das Famílias. O projeto contempla a proteção de todas as estruturas familiares presentes na sociedade moderna.

Este documento, dentre outros registros, tomou como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), onde revelava que de 1992 a 2001, o percentual de mulheres sem cônjuge e com filhos, vivendo sozinhas, havia avançado de 15% para 17,8%, e o número de chefes de família cresceu mais que cinco vezes entre os anos de 1970 e 2000, passando de 2,2 milhões para 12,8 milhões (PROJETO DE LEI DO SENADO nº 470, de 2013).

Somado a outros aspectos importantes, esses dados contribuíram para implementação de recentes políticas de transferência de renda que surgem como

medida de inclusão social dos mais vulneráveis, atingindo uma importante proporção das mulheres chefes de família (SANTOS, 2008).

1.3 Ralação mulher - maternidade

Segundo Giddens (1993) e Fleig (2009) a maternidade faz parte de um conjunto de influências que afetaram as mulheres a partir do final do século XVIII. Nas duas últimas décadas desse século, foi constituído o “mito da maternidade”. Tendo como base o pensamento de Rousseau, com a publicação *Émile* (1762) esse mito foi construído a partir da definição da maternidade como o mais importante papel que uma mulher poderia desempenhar, um destino que deveria ser cumprido.

Para as mulheres, a valorização da maternidade possibilitou a valorização feminina, ou seja, ao acreditar na sua importância, julgaram estar conquistando um lugar na sociedade. Já no final do século XIX houve um declínio do poder patriarcal com o maior controle das mulheres sobre a criação dos filhos referindo-se a um deslocamento da autoridade patriarcal para a afeição maternal.

Entre o final do século XIX e início do século XX o movimento feminista era fundamentalmente maternalista, valorizando a mulher enquanto mãe. Já nas décadas de 1960 e 1970, a maternidade passou a ser problematizada como objeto da opressão feminina. Surgiram com isso as correntes feministas européias e estadunidenses adotando um caráter mais radical nas suas denúncias, chegando a feministas mais radicais proporem a renúncia à maternidade (FLEIG, 2009).

O modelo da família nuclear, constituído por pai, mãe e filhos(as), era privilegiado na concepção construída historicamente sobre o grupo familiar. Nesse modelo, a mulher sempre ocupou um lugar fundamental, por meio do papel da maternidade, como um elemento agregador imprescindível para a sobrevivência da família (BORSA e NUNES, 2011).

O autor supracitado complementa que papel da maternidade foi impulsionado, ao longo dos tempos, por diversos aspectos sociais, políticos, culturais e religiosos. O homem por sua vez foi apoiado pela cultura ocidental patriarcal, que lhe reservou um lugar distante do contexto doméstico. Tal cenário acabou por contribuir para que as relações entre pais e filhos(as) e mães e filhos(as) se tornassem quantitativa e qualitativamente diferentes.

De acordo com Scavone (2001), a maternidade como escolha é um fenômeno moderno e contemporâneo que foi se consolidando no decorrer do século XX tendo a crítica feminista um importante papel para essa reflexão. O autor ressalta ainda que a teoria feminista teve sua contribuição na expressão da tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade. Essa teoria considerava as correntes teóricas radicais, e percebia a maternidade como o principal eixo da “opressão das mulheres”, visto que sua existência determinava o lugar das mulheres na família e sociedade.

As variações das teorias sobre a maternidade contribuíram para uma maior conscientização das mulheres na construção de uma escolha reflexiva sobre essa condição. Bem como, contribuíram para questionamentos sobre as relações de gênero na família, colocando em pauta a discussão sobre o lugar do pai. Para Irigaray (1981), com o passar do tempo, outra corrente, inspirada na psicanálise, defende a maternidade como um poder exclusivo das mulheres possuíam. Aqui, a problemática não era a negação da maternidade, mas, a divisão equitativa das responsabilidades entre mães e pais.

Souza (2002) investigou a história e a vivência dessa condição de mulheres brasileiras de classes populares, e constatou que a gravidez dessas ocorria de forma não planejada e transcorria sem o apoio do pai da criança. Nos depoimentos a autora identificou temas referentes a desumanização, preconceito, solidão, pobreza e desamparo, aspectos que apontaram para uma violência negativa da maternidade solitária.

Tal crítica acompanha as mudanças sociais tal que, nos anos noventa, direcionam os estudos sobre a maternidade a um novo horizonte. Como resultado, os levantamentos sobre essa questão, constataram ocorrências de um tipo de relação parenteral onde as mulheres mantêm uma posição mais comprometida com os filho(as) do que os homens, sendo elas que assumem a maioria das responsabilidades parentais (COMBES e DEVREUX,1991; COURNOYER, 1994).

1. 4 A Visibilidade da mãe solteira na sociedade

Segundo Perrot (1991), do final do século XIX a início do século XX, não ser casada significava não se enquadrar dentro dos modelos sociais considerados

ideais. Para os pensamentos mais tradicionais, a mulher deveria dedicar sua vida aos seus afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

Nesse sentido, a fragmentação do modelo casal com filhos e a crescente importância do modelo monoparental - onde predominam mulheres sem cônjuge com filhos - responde pela diversificação dos arranjos familiares. Osório (2009), corrobora com essa afirmação referindo que é inviável falar num único modelo de organização familiar.

Na opinião de Barsted e Herman (1999), o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e na chefia familiar; o reconhecimento legal da igualdade entre homens e mulheres na direção da família e a difusão dos direitos das mulheres, dentre outros, certamente levaram a mudanças significativas para a redefinição da família.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2005), a mudança que deixa a família a cargo de um só progenitor, independentemente das razões (separação, divórcio, abandono, etc), constitui um significativo reordenamento do sistema familiar brasileiro, pois desvincula a figura do provedor/responsável pela família do sexo masculino.

Os autores Trost (1980), Szapiro & Feres-Carneiro (2002) e Zapien (1996) destacam que as famílias de mães solteiras são chefiadas por mulheres e também podem ser denominadas de famílias uniparentais ou monoparentais. É igualmente importante ressaltar que, quando se fala em mãe solteira na sociedade ocidental, não se está referindo a algo não ambíguo. Há mães solteiras por opção e mães solteiras por gravidez indesejadas.

Novaes e Schwarcz (1998) acrescentam a essa informação que a chefia feminina é mais marcante entre as mulheres jovens, com menos de quarenta anos. É nessa faixa etária que o status de mãe solteira possui maior expressão. Para os autores, o tempo corrido no processo de mudança se fez sentir de forma mais evidente no caso das mães solteiras que se casam, têm filhos e se separam cada vez num menor espaço de tempo.

Numa publicação de Castelo Branco (2005), o sustento dessas mulheres era conseguido através do trabalho, que era lhes servia muito mais para prover o sustento do que como maneira de emancipação. Quando o trabalho era insuficiente, de modo a não suprir com as necessidades, a prostituição era uma alternativa.

Bruschini (2007) complementam essa afirmação dizendo que a participação feminina no mercado de trabalho informal cresceu num contexto de flexibilização, precarização das relações e condições de trabalho, intensificando a vulnerabilidade da situação empregatícia da massa trabalhadoras. Essa situação tem um agravante em função do nível de escolaridade dessas mulheres.

Não obstante, essa nova realidade em que a mulher está inserida - dedicação a outras atividades além do papel de mãe - na opinião de Arantes (2010), faz com que essas mulheres se ausentem da convivência doméstica durante grande parte do dia e, assim, tenham que criar formas compensatórias para significar a relação com os filhos.

CAPÍTULO 2

EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

2.1 Características das entrevistadas

Neste capítulo foi realizada a análise das fontes orais produzidas durante a realização da pesquisa, o que possibilitou a assimilação dos conteúdos mais significativos dos depoimentos. A partir deles, foi feita a transcrição para posterior análise das informações à luz do contexto das transformações sócio-culturais da década de 1980. Assim, as informações obtidas evidenciaram aspectos semelhantes, os quais deram origem aos tópicos descritos a seguir. Ressalta-se que para preservar o anonimato das mesmas, foi utilizado apenas o primeiro nome de cada uma, como mostrado na figura 1, abordando características como, idade, escolaridade e ocupação no período em que se tornaram mães solteiras.

TABELA 1: Características das participantes do estudo com relação a ano de nascimento, idade, escolaridade e ocupação no período do acontecimento

MULHER	ANO DE NASCIMENTO	IDADE	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
Rosário	1954	27 anos	Ensino fundamental incompleto	Manicure
Maria	1965	17 anos	Ensino fundamental incompleto	Estudante
Zilda	1958	28 anos	Ensino superior	Estudante

Fonte da autora

A escolha das participantes aconteceu de maneira aleatória, com o objetivo de obter uma maior diversidade de experiências. Foi estabelecido como principal exigência que as entrevistadas tivessem vivenciado a chefia de uma família monoparental na década de 1980, isto é, que fossem contemporâneas.

Logo num primeiro contato, os objetivos foram previamente apresentados às entrevistadas, e o relato oral gravado mediante autorização das participantes. As

entrevistas foram semi-estruturadas, entretanto, não seguindo um roteiro fixo, se adaptando de acordo com o decorrer da conversa. As perguntas enfatizaram três temas: relação com a família, desafios enfrentados pela sua condição, e a percepção com relação aos avanços sociais.

2.2 História oral como fonte de história das mulheres

Historicamente, a sociedade considerou a soberania masculina como único meio de registros históricos, enquanto a mulher era considerada como ser "invisível", sem direito de manifestar suas opiniões, percepções e sentimentos. Segundo Michelle Perrot (2007), até o século XVIII ainda se discutia a racionalidade das mulheres e sua proximidade com os animais irracionais. Somente no século XX, após ser reconhecido seu direito à educação, ainda no século XIX, foi possível conhecer a história das mulheres, e com seus movimentos e reivindicações pretendeu-se se empoderar dela.

Para Rago (2012), o esquecimento, abandono, dissimulação da mulher como sujeito ativo, em grande parte da historiografia, não proporcionou uma escrita histórica satisfatória, senão contribuiu para um discurso ideológico das classes dominantes. Segundo a autora, para tanto, cabe avançar numa história com capacidade de perceber a complexidade dos processos sociais a partir de uma óptica que considere a diversidade de sujeitos que participem deles.

Diante da insuficiência de informações plausíveis sobre a historiografia da mulher, ressalta-se a história oral como facilitadora de reflexões sobre o registro dos fatos na voz das próprias protagonistas. Sendo assim, cabe destacar Freitas (2009) que afirma ser a "História Oral um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro de narrativas da experiência humana."

A autora valoriza a recordação por considerar que possibilita reviver integralmente o passado a partir disso. Para ela, a relação entre o autor e o conteúdo de sua lembrança é privilegiada, reforçando-se a importância do que é lembrado. Assim, como dito por Perrot anteriormente, influenciado pelas ciências sociais, a história oral ganha, portanto, visibilidade e prestígio no século XX, e a partir de então amplia seu campo de aplicação. A partir de então, a subjetividade

ganha grande relevância nos debates dos historiadores que passaram a discutir sobre problemas em torno das fontes e a forma de obtê-las, suas práticas, leituras e escrita.

2.3 Os avanços sociais

As transformações sociais com relação à mulher aconteceram progressivamente com o decorrer do tempo, assim como o conhecimento sobre essas mudanças na vida pessoal de cada uma, sobretudo às mães solteiras. Com relação a isso, as entrevistadas foram questionadas sobre como percebem os avanços sociais à sua condição de chefe do lar. A partir das memórias das participantes as experiências cotidianas relatadas refletem as vicissitudes e os desafios que a complexidade das relações delas com a sociedade apresentavam na década de 1980, como podemos conferir a seguir:

Maria: Beneficiou a situação de uma mãe solteira, pois no meu tempo eu não podia registrar meu primeiro filho, pois tinha que ser casada. Até para batizar não podia [...] Hoje a lei favorece essas mulheres, um pai já é obrigado pela lei a assumir pagar pensão.

Zilda: Oportunidade de trabalhar e de mostrar para as pessoas que mãe solteira não é prostituta [...] é uma mãe como outra qualquer, só não tem o nome de casada [...] às vezes é até mais mãe do que mães que são casadas.

Segundo os depoimentos, os avanços sociais acerca da figura das mães solteiras na sociedade daquela época foram percebidos positivamente por Maria e Zilda onde destacaram a diminuição do julgamento por parte da sociedade, os avanços na justiça que possibilitou a essas mulheres exercerem seus direitos como cidadãos e a possibilidade de criar seus filhos na ausência de um pai. Para Rosário, as mudanças ocorridas não foram tão percebidas, já que exercia sua cidadania por conta do seu trabalho, conforme podemos conferir: "Não tenho o que falar, sempre trabalhei. Eu tinha minhas economias e deu tudo certo."

Isso reflete os resultados da entrada em cena do moderno movimento feminista no Brasil, na década de 1970, quando várias propostas de alteração legislativa, visando à igualdade entre homens e mulheres, foram apresentadas para

subsidiar as mudanças do Código Civil, particularmente na parte relativa ao direito de família.

Dessa forma, os limites da composição e articulação entre os papéis femininos e masculinos passam a ser cada vez mais discretos. Por fim, a Constituição Federal ampliou o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada, e alterou todo o entendimento da legislação civil que vigorava até então.

O trabalho feminino tornava-se reconhecido socialmente, mas ainda não adquiria a mesma legitimidade que o trabalho masculino sustenta. Porém, ao contrário do que ocorre com os homens, o investimento na carreira profissional acontece, muitas vezes, em detrimento do papel familiar.

Diante disso, cabe citar Arantes (2010), onde diz que as mudanças na condição da mulher na sociedade, principalmente na ampliação das possibilidades para a atuação profissional, fazem emergir diversos focos de tensões e contradições nas representações dos papéis os quais desempenham.

Segundo Lipovetsky (2000), as mulheres contemporâneas recusam a ideia de uma identidade construída exclusivamente a partir das funções domésticas e o trabalho feminino aparece como uma exigência para a realização pessoal. Arantes (2010) afirma que apesar das desigualdades ainda existentes, as mulheres adentraram o mundo público, ganharam o direito à independência econômica e concorrem livremente por qualquer função no mercado de trabalho.

2.4 Memórias de mães solteiras

Reconhecer como as entrevistadas percebiam a sociedade naquela época em relação a sua condição foi uma das questões levantadas durante este trabalho. Assim, as experiências dessas mulheres em relação à sociedade revelam diferentes aspectos sobre sua condição no cenário social daquela época.

Percebe-se no relato como o de Zilda, onde afirma ter sido "muito discriminada", a existência de comportamento discriminatório que demonstra que naquela época ainda existiam atitudes conservadoras que marcavam o comportamento da sociedade em relação a mulher. Enquanto que para Maria e Rosário o tratamento era de normalidade, como podemos comprovar com os

seguintes depoimentos, respectivamente: "Não foi tão ruim, foi normal.", e "Normal [...] as pessoas deixaram isso de lado.", o que evidencia que, embora, compartilhando do mesmo contexto histórico, as participantes vivenciaram tratamentos distintos pela sociedade, características peculiares inerentes às circunstâncias vivenciadas por cada uma delas.

O comportamento de "normalidade" dispensado pela sociedade, segundo Lipovetsky (2000), se deve por a mulher ser vista como contemporânea, ou "a terceira mulher", representação da lógica regente nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XX e início do século XXI. Terceira por não ser mais diabolizada e desprezada, como aconteceu até o século XIX; nem segunda, adulada e idealizada, como no final do século XIX e início do século XX. A submissão ao homem caracterizava ambos os tipos de mulheres.

Sobre a percepção de discriminação percebida por Zilda, o autor Santos (2008) comenta que essas mulheres são frequentemente objeto de estigma, em diferentes graus, onde a ausência do homem influencia a vida das mulheres de acordo com o meio sociocultural ao qual pertencem, cada qual lidando diretamente com o sentimento de insegurança ou de inferioridade por não se encaixarem à norma social que exige uma família biparental.

2.5 A aceitação na família

As mudanças acontecidas na família nuclear no decorrer do tempo suscitou a curiosidade de conhecer como era a relação das entrevistadas com suas famílias, considerando o processo de mudança que gera no contexto familiar frente a presença de uma mãe solteira como membro da família. Os relatos seguintes demonstraram que o tradicionalismo naquela época sofria muitas transformações, e o comportamento dos membros dessas famílias se manifestava de formas diversas.

Para Rosário e Maria a condição de mãe solteira não acarretou maiores problemas no relacionamento com suas famílias, embora não fosse algo esperado. Maria, particularmente, afirmou que "No princípio foi um susto [...] Depois aceitaram [...]"; já para Rosário, o fato de levar uma vida independente influenciou bastante na boa relação com sua família, como mostrado no seu depoimento: "Não tiveram nada contra, até porque já não vivia mais com eles, já era independente."

No entanto, a relação de Zilda não foi tão harmoniosa quanto as demais, demonstrando que os traços de tradicionalismo ainda imperavam na sua família. Seu depoimento explicita esses traços: "[...] depois que eu tive a criança sofri muitas restrições, muita humilhação, mesmo a família me acolhendo eu fui muito humilhada [...]"

Para Kopczynski e Serato (2014) a família, embora, participe decisivamente no desenvolvimento da sociedade, passou a se relacionar, sem levar em consideração à relação de consanguinidade, dependência ou afinidade, refletindo o sentimento de se estar vivendo em um mundo incerto. É importante romper a visão da mulher historicamente doméstica, desligada do trabalho, para atingir a completa integração da mulher como sujeito ativo qualquer que seja o processo histórico e para incorporar a visão feminina à uma análise geral do contexto (RAGO, 2012).

2.6 Os desafios da chefe do lar

Conhecer os desafios vivenciados pelas mulheres chefes de família para na ausência de uma figura paterna no período em estudo motivou levantar a questão entre as entrevistadas. Segundo os depoimentos das participantes, as dificuldades mais marcantes estavam relacionadas à situação financeira da família e à falta de apoio na criação dos filhos. Os relatos obtidos retrataram bem essa situação, e possibilitou mostrar que para conseguirem manter o sustento de suas famílias, essas mulheres, além de precisarem driblar as dificuldades econômicas, tinham preocupação extra com as responsabilidades da maternidade.

Segundo Zilda, ter que sustentar o filho, "trabalhar e não ter com quem deixar [...]" foi o maior desafio para sua condição de mãe que exerce a chefia de um lar. Para Maria, a falta de apoio financeiro na criação dos filhos foi um fator que dificultou sua condição, como podemos conferir: "ter que viver sozinha, sem trabalho, não tinha ajuda de ninguém [...]". Rosário compartilha de dificuldade semelhante a de Maria e afirmou: "Ter que criar meus filhos sozinha foi muito difícil [...]"

Para os autores como Nunes e Schwarcz (1998) essa é uma condição que retoma a uma tradição da sociedade brasileira, desde os anos 1950, onde associa a situação de mulheres como chefe de família, responsável pelo cuidado com os

filhos, sem a presença do cônjuge ou companheiro, a uma característica da vida familiar das classes mais populares da população.

Na pesquisa de Santos (2008), com base na ausência do provedor masculino no seio da família, além do fato de o marido representar um personagem importante na questão salarial, a mulher, na ausência do cônjuge, passa a fazer face à desigualdade de sexo no mercado de trabalho, tendo que enfrentarem sozinhas a questão de conciliação entre trabalho e família.

Essa realidade condiz com os estudos de Vitale (2000), onde ele diz que o desafio maior de todo o esforço dessas mulheres estava em conciliar o trabalho e sua vida familiar. Dessa forma, a vulnerabilidade, a fragilidade financeira e educacional incrementava a dificuldade econômico-social, dificultando sua participação na vida familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construído a partir das vivências e sentidos que as entrevistadas constroem de suas experiências, frutos de processos individuais, sobretudo, históricos e sociais, o desenvolvimento deste estudo possibilitou reconhecer que as famílias monoparentais femininas em questão tiveram sua formação a partir de mulheres nascidas em épocas em que as configurações familiares passavam por transformações significantes, tanto no cenário doméstico quanto socialmente. O público feminino começa a ganhar "voz e vez" com o aumento da atividade profissional pelas mulheres, os movimentos feministas, que por sua vez influenciaram fortemente as modificações no âmbito legal, como por exemplo, a Lei do Divórcio, em 1977.

Muito embora a escassez de registros consistentes sobre a história da mulher, principalmente da mãe solteira, no contexto familiar e social parnaibano, tenha sido um fator que dificultou a realização de um levantamento de informações mais precisas sobre esse público na década de 1980, a utilização da história oral como método de coleta de dados deu o suporte necessário para que as entrevistadas relatassem os acontecimentos daquela época de acordo com suas percepções, permitindo, portanto, a elaboração deste trabalho.

Conforme vimos, diante de uma nova configuração da família que se estabelecia no cenário parnaibano no período dos anos 80, a mulher como chefe de família passa a atuar sozinha, assumindo assim diversos papéis (mãe e pai, criar e cuidar dos filhos), provendo, conseqüentemente, a educação, o sustento e o amor que necessitam aqueles que dependem de seus cuidados direta ou indiretamente.

Dessa forma, essas mulheres buscaram superar a condição de vulnerabilidade social, tanto pelo próprio esforço quanto pela via de políticas sociais públicas, numa sociedade que passa a estabelecer direitos e deveres a todos, inclusive, a ver a família monoparental feminina como merecedora de respeito, assim como os demais tipos de família.

Somado a isso, as mudanças nas configurações familiares, decorrentes das demandas sociais e contemporâneas modificou o papel da mulher no mercado de trabalho e, por consequência, gerou uma maior aceitação da condição de mãe solteira por parte da sociedade.

Reconhecer e aprender a contextualizar as mudanças provenientes de cada época e seu impacto sobre as famílias se faz necessário no sentido de melhor acolher as pessoas que fazem parte desse ciclo familiar. Por tudo isso se faz necessário repensar sobre a realidade da mãe solteira contemporânea em sua singularidade, sendo que essa está presente numa sociedade movida não pelo 'desejo', mas pela 'falta', pela necessidade cada vez maior de reconhecimento por aquilo que se tem e não pelo que se é.

Este estudo não pretendeu esgotar a extensa contextualização sobre a mulher chefe de família monoparental, nem tampouco promover discussão a respeito das relações familiares, entretanto, espera-se que sirva de incentivo a demais interessados sobre a trajetória histórica da sobre esse tipo de configuração familiar no município. Como dito anteriormente, a deficiência de dados sobre a história feminina parnaibana suscita a necessidade de maior empenho (pesquisas acadêmicas) acerca do tema por parte dos pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, L. M. **Famílias e vida doméstica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARANTES, F. I. S. **A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Belo Horizonte. **2010**.

ARAÚJO, M. J. **O problema das mulheres que trabalham como mulheres**. Porto: Edições Afrontamento, 2007.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. **História da vida privada no Brasil**, Vol. 04, São Paulo: Schawaecz. 2010.

BARSTED, L. L; HERMANN, J. **As mulheres e os direitos civis as mulheres e os direitos civis**. Pesquisa e coordenação editorial. Rio de Janeiro, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2002.

BORSA, J. C; NUNES, M. L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 29, n. 64, p. 31-39 jan./mar. 2011.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Caderno de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. Campinas. Set./dez., 2007, v. 132.

BRANCO, P. V. C. **Mulheres plurais: a condição feminina na primeira república**. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
Presidência da República. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>
Acesso em 12 de maio de 2016.

DE MARQUE, C. R. **Construção de identidade e formação de vínculos, no processo psicoterapêutico de uma criança, em diferentes contextos familiares**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DE MESQUITA, S. E. **Tendências atuais da história da família no Brasil**. Espaço e tempo/UFRJ, 1989.

DEL PRIORE, M. **Ao Sul do Corpo** – condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: Edunb, 1993, P. 43-101.

DIAS, M. O. L. da S. **Quotidiano e poder em São no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
 GOMES, O. **Direito de família**. 11 ed. Revista e atualizada por Humberto Theodoro Júnior. Rio de Janeiro: Forense. 1999.

HERTZ, R; FERGUSON, F. I. Apenas um par de mãos: maneiras que o trabalho trecho mãe solteira e recursos da família. **Trabalho comunitário e familiar**. 1988 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. 2005.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

KOPCZYNSKI, R; SERATO, A. Casamento cristão: uma instituição natural e uma realidade sacramental. **Caderno Teológico da PUCPR**, Curitiba, v.2, n.1, p. 191-207, 2014.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo : Edições Loyola, 2002.
 PERROT, M. **Théâtres de la mémoire**. Traverses, Paris, nº 40, 1984. MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artmed. 1982.

NEGREIROS, T. C. G. M; FÉRES, C. T. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, 4(1), 34-47. 2004.

OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

NOVAES, F. do A; SCHWARCZ, L. M. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PEREIRA, R. da C. **A família: estruturação jurídica e psíquica**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

PROJETO DE LEI DO SENADO nº 470, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. Disponível em <http://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/Estatuto%20das%20Familias_2014_para%20divulgacao.pdf> Acesso em 14 de novembro de 2016.

SANTOS, Y. G. **Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008.

SILVA, C. E. (2005). **História e desenvolvimento do conceito de família**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005.

SOUZA, R. G. **Maternidade solidária: relatos de mães solteiras de classes populares**. Dissertação de mestrado, curso de pós-graduação em psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

RAGO, L. M. "Adeus ao Feminismo? Feminismo e Pós Modernidade no Brasil". **Cadernos do Arquivo Edgar Leuenroth**, v. 3, n. 3, 1997.

RAGO, M. **Epistemologia feminista, gênero e história: descobrindo historicamente o gênero**. 1 ed. Compostela, 2012.

SCARPELLINI, M; CARLOS, V. Y. **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana**. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

VILHENA, C. **Notas sobre Cidadania e Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999. VITALE, M. A. F. (Org.). **Família Redes, Laços e Políticas Públicas**. 2.ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2002.

ANEXOS



PERFIL DA ENTREVISTADA

Iniciais do nome: _____

Data de nascimento: _____

Escolaridade: _____

Idade no período do acontecimento: _____

Ocupação: _____

PERGUNTAS:

2- Com você percebe o tratamento que recebe da sociedade?

3- Qual a principal dificuldade enfrentada pela sua condição de mãe solteira?

4- Na sua percepção, quais os avanços sociais que beneficiaram a sua condição no decorrer do tempo?

5- Como foi sua relação com a família devido a condição de mãe solteira?

ANEXO B

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL:

CEDENTE: _____,
 nacionalidade: _____, profissão: _____,
 RG: _____, emitida pelo(a) _____,
 CPF: _____, domiciliada e residente
 à _____,
 CEP: _____, na cidade de _____, no
 Estado do _____.

CESSIONÁRIO: Angela Maria Lima dos Santos, RG: 2.773.215, residente e domiciliada à Rua Itaúna, nº4165, Bairro Piauí, CEP: 64208-332, na cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí.

OBJETIVO: Entrevista gravada exclusivamente para elaboração da monografia a ser apresentada na conclusão do curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Estadual do Piauí – UESPI/ PARNAÍBA, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mary Angélica Costa Tourinho.

DO USO: Declaro ceder entrevista referente à monografia de Angela Maria Lima dos Santos, sem quaisquer restrições quanto aos seus direitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei na cidade Parnaíba – PI em: ___/___/_____, num total de _____ minutos/horas gravados.

Angela Maria Lima dos Santos fica conseqüentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, bem como permitir o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo as normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Parnaíba, ___ de _____ de 2016.

Assinatura do depoente/cedente.